

Riccardo Marchi

À DIREITA
DA REVOLUÇÃO

*Resistência e contra-revolução
no PREC (1974-1975)*



Índice

Prefácio	
<i>A DIREITA E AS DIREITAS NO TEMPO DA ESQUERDA</i>	
por Jaime Nogueira Pinto	7
<i>Introdução</i>	17
Capítulo 1	
OS PARTIDOS DE ABRIL	25
Capítulo 2	
A INVENTONA DE SETEMBRO	119
Capítulo 3	
A INTENTONA DE MARÇO	181
Capítulo 4	
OS CLANDESTINOS DO PREC	251
<i>Conclusões</i>	339
<i>Bibliografia</i>	349
<i>Notas</i>	353

A DIREITA E AS DIREITAS NO TEMPO DA ESQUERDA

Como todos os movimentos, partidos e correntes de ideias que têm por inimigo principal um fantasma, ou uma controversa entidade desaparecida há quase meio século, o antifascismo português tem os seus acessos de delírio. E é de um desses delirantes acessos que se acha agora enfermo — desde que apareceu o CHEGA, um partido nacional popular, e conseguiu levar André Ventura a São Bento.

Mas os antifascistas de hoje têm duas atenuantes: a primeira é que só sabem do «fascismo português» o que lhes contaram e contam e recontam; a segunda é que aquilo a que chamam fascismo — os actuais movimentos, partidos e personalidades de direita popular, populista, radical, nacional, nacionalista, identitária — tem vindo a chegar ao poder por via eleitoral em países importantes: com Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Viktor Orban na Hungria, para só falar do trio dos mais detestados.

Sabem também que há partidos europeus, como o Rassemblement National, de Marine Le Pen, ou a Lega, de Matteo Salvini, que congregam a votação popular em França e em Itália; e que um nacional conservador, Boris Johnson, tirou o Reino Unido da União Europeia; e que em Espanha há um novíssimo partido, o Vox, nascido à volta da defesa da unidade de Espanha e do combate à imposição e à inquisição da correcção política, que saiu da obscuridade para, em pouco mais de um ano, se tornar a terceira força partidária do país.

E, assim sendo, até se percebe a inquietação destas estremecidas almas — na sua maioria ainda devotas e simpatizantes de Marx, de Mao, de Lenine e de vários ditadores periféricos — e o seu alarme

com o aparecimento de uma direita que não lhes pediu licença, nem aos velhos capitães de Abril, para existir. Mas podiam estudar mais o inimigo, perceber melhor a hidra de sete cabeças do fascismo lusitano, para corrigir a inquestionável e inquestionada «narrativa histórica» do anterior regime e da sua queda, em que insistem, e a amálgama que fazem da direita e das direitas.

Aqui entra Riccardo Marchi. Marchi era um jovem italiano quando um dia aterrou em Lisboa e descobriu que havia, neste nebuloso capítulo, uma história por contar, ou muito mal contada — a história da direita e das direitas portuguesas em Portugal nos últimos sessenta anos —, e que a ela se dedicou. E além de preencher esta lacuna, Marchi tem contribuído para que se vá fazendo luz sobre um período obscurecido e destorcido por lendas e narrativas mirabolantes e maniqueístas, repetidas por conveniência ou ignorância. E não só pela esquerda mas até por alguns dos simpatizantes dessas direitas.

Devemos, pois, a Riccardo Marchi o estudo e o trabalho de pesquisa paciente, escrupuloso e objectivo de um mundo de raízes complexas, de manifestações contraditórias e de produtos genuínos e ambíguos que é o da direita e das direitas em Portugal, nas suas muitas espécies, qualidades e ordens, radicais e moderadas, revolucionárias e conservadoras, estatistas e liberais. Isto sem que entremos pela História adentro e consideremos direitas monárquicas e republicanas, salazaristas e anti-salazaristas, germanófilas e anglófilas, autoritárias e liberais. É que a direita, como a esquerda, vista de perto com isenção e rigor, é tudo menos o bloco monolítico que os seus inimigos tresvêm, treslêem e amalgamam imprecisamente sob a cómoda designação de «fascismo» (quando não de «nazismo»). Tanto que poderá até perguntar-se — mas, afinal, o que é que então une as direitas? Se são assim tão variadas, qual é o seu denominador comum?

Como observou há muito o Professor Martim de Albuquerque, excluindo uma certa originalidade na construção da legitimidade e institucionalização do Além-Mar, das «terras de descoberta e conquista», a direita portuguesa foi seguindo a evolução do pensamento político das direitas europeias, especialmente das

francesas. Como fizeram espanhóis e italianos, até Mussolini inventar o fascismo.

As polémicas e os conflitos começaram nos princípios do século XIX, com a posição quanto à Revolução Francesa e ao papel da Igreja. E aí, pode dizer-se que a França marcou o ADN da direita tradicional — a velha direita religiosa, monárquica, contra-revolucionária, identificada na Europa com a nostalgia do *Ancien Régime*. Essa direita tinha um lado romântico, de lealdades e fidelidades antigas, bem retratadas em *Mémoires d’Outre Tombe*, de Chateaubriand, ou em algumas personagens de Balzac e de Jean de La Varende. Mas também no conspiracionismo antimacónico de Abbé Barruel, que teve ecos no nosso talentoso fundibulário José Agostinho de Macedo, que, a seu modo, tinha qualquer coisa de Rivarol.

Em Portugal, os correspondentes seriam os miguelistas, que durante o século XIX mantiveram um forte apoio no país. E não me refiro às guerrilhas pós-guerra civil, mas ao apoio no país profundo de Entre Douro e Minho e das Beiras; só que, por princípio, nunca quiseram organizar-se num partido político. E na literatura ficaram mais na versão satírica de Camilo da *Brasileira de Prazins*, que nos memoriais heróicos do *Centauro de Deus* de La Varende.

A direita francesa teve a sua grande revolução intelectual no final do século XIX, com Maurice Barrès e, principalmente, com Charles Maurras e a Action Française. É uma direita nacionalista, muito marcada pela derrota de 1870-1871 na Guerra Franco-Prusiana; desta derrota concluíram — e Barrès compreendeu bem e traduziu politicamente essa lição em *Les Déracinés* — que as instituições monárquicas, autoritárias, militarizadas, germânicas, eram superiores às instituições do II Império liberal francês. E sobretudo que o organicismo e a disciplina que traziam lhes davam vantagem, no conflito, sobre o individualismo e o divisionismo franceses. Maurras não se cansaria de explicar que era monárquico, não por um qualquer romantismo nostálgico, mas porque achava a monarquia uma instituição mais útil à nação.

Estas duas tradições — a alemã e a francesa — vão ter influência no Portugal dos princípios do século XX. João Franco, apoiado

por D. Carlos, procurará precisamente instalar, com a sua breve ditadura comissarial, um modelo que se aproximava da relação *kaiser — kanzler* no II Reich. Mas a esquerda radical matou o rei, que era o suporte do chefe do governo, e João Franco caiu.

Outro político admirador do modelo kaiseriano e do modelo alemão foi Sidónio Pais. A esquerda também o matou, tomando a iniciativa da violência, do assassinato político, quando não lhe parecia haver outro caminho para parar a direita ou os homens de direita que verdadeiramente temia e teme — os que sabem saltar por cima de esquerdas e direitas anteriores e fazer as mudanças necessárias a partir do poder. Até porque, em Portugal, não era tanto a união que fazia a força, mas a força que fazia a união, como demonstraria Salazar.

A Primeira República teve uma característica clara para partidários e inimigos: em Portugal, a democracia era o governo dos democratas, neste caso, dos democráticos. Era exclusivamente deles e para eles. O partido de Afonso Costa e dos seus sucessores conseguiu ganhar sempre, ou quase sempre, as eleições, quando o direito de voto era apenas extensivo a 7% da população. Sidónio Pais, a alternativa mais consistente que se ergueu contra os democráticos e que representava uma direita nova, popular, social, autoritária, foi morto depois de várias conspirações e atentados falhados. Foi o único presidente da Primeira República eleito pelo povo em sufrágio universal e directo que, como fizera João Franco, estava a mudar a direita e a unir os portugueses — incluindo os católicos e os monárquicos, que os democráticos tinham transformado em cidadãos de segunda —, e o mundo do trabalho, inspirado pelas reformas do socialismo catedrático alemão.

A história da direita portuguesa tem muito que ver com a história das direitas europeias latinas — da espanhola, da italiana, mas, sobretudo, da francesa. Tal como a história da esquerda. Até que uns e outros se tornassem mais atentos à América — a esquerda nos anos 60 do século passado, a direita a partir de 64, da candidatura de Barry Goldwater e da eleição de Reagan na década de 1980.

Mas a França contou muito até aí. Na direita, os integralistas inspiraram-se de tal modo na Action Française que a quase

totalidade das suas referências aos clássicos franceses contra-revolucionários era directamente decalcada de passagens citadas por Maurras, Daudet ou Bainville — lembro-me de António José de Brito, que estudara bem o tema, o sublinhar. E Salazar tinha também, além do catolicismo social, a inspiração do racionalismo maurrasiano, lido nos jornais da Action Française que se assinavam no CADC de Coimbra. Em contrapartida, os nacionalistas conservadores franceses e os maurrasianos também fariam de Salazar «Le Sage de l'Occident». E o próprio Maurras, pós-1945, degredado, humilhado e preso em Clairvaux, enviaria um apelo a Salazar para que continuasse no poder — «Restez! Tenez!»

Na minha geração — nos meus quinze anos e seguintes — a influência francesa vinha de outras bandeiras e circunstâncias: vinha dos finais do império francês, com a «Argélia francesa» e a OAS; e da literatura francesa de duas gerações: a dos «malditos», como Drieu de la Rochelle, Robert Brasillach, Lucien Rebatet, e a do maldito entre os malditos, Louis Ferdinand Céline; e a dos hussards — Blondin, Nimier, Jacques Laurent e Jean-René Huguenin.

Antes da entrada na política-movimento, em 61, líamos os franceses que todos liam, num país em que o francês era a língua «estrangeira» das famílias e do curso dos liceus: Dumas, Victor Hugo, Stendhal, Balzac, Gide, Malraux, Sartre. Depois, fomos apanhados pela leitura, politizada, dos conflitos do fim dos impérios do Ocidente — a Argélia francesa e a Guerra de Angola — e pelas repercussões das crises universitárias.

Essa nossa geração era uma geração que lia, que pensava e que agia também; uma geração que fazia questão de conhecer bem os «mestres» dos outros — Marx, Lenine, os anarquistas russos, os romances do neo-realismo português, e Sartre, Elio Vittorini, Zola, Caldwell e toda a literatura de esquerda que era editada em Portugal. E os clássicos russos, Tolstoy e Dostoievsky, e os ingleses, Dickens, claro, mas também Somerset Maugham, publicadíssimo na colecção «Miniatura» dos Livros do Brasil, como publicados eram Moravia, Gide, Romain Rolland, Mauriac.

E dos «nossos», que líamos? O monárquico nostálgico Jean de La Varende, os fascistas Brasillach, Drieu de la Rochelle, Lucien

Rebatet e a nova direita dos hussards; até o *Mein Kampf*, que li aos quinze anos, e que me pareceu uma enfadonha peça de *marketing* político anti-semita. E com algum respeito, mas sem muito entusiasmo, também liamos os integralistas e a sua revisão histórica; e Alfredo Pimenta. Sobre a Primeira República, o meu pai tinha-me dado *A Revolução Portuguesa*, de Jesús Pabón, e lembro-me de o ouvir contar com indignação a noite do 19 de Outubro, com a Camionete Fantasma e o «Dente d'Ouro» a enfiar a baioneta na barriga de António Granjo. E houve um livro que me influenciou muito — mas esse li-o miúdo, não teria dez anos —, o *Noventa e Três* de Victor Hugo, que me abriu o interesse pelas guerras da Vendeia, pelo tema da inimizade política nas famílias e pela Revolução Francesa.

A minha geração, a de 61, iniciou-se no Jovem Portugal, fundado por Zarco Moniz Ferreira, onde estiveram amigos, ainda vivos. Em Lisboa, próxima mas não idêntica, havia a FEN, Frente de Estudantes Nacionalistas, com João Pinto Fernandes e Miguel Freitas da Costa, grandes amigos ainda hoje; e a RUP, Real União Portuguesa, com monárquicos tradicionalistas ou miguelistas, como Sebastião Lencastre. Em Coimbra estava Zé Valle de Figueiredo, Luís Sá Cunha e tantos outros que fizeram *O Combate*. Anos depois apareceria, também em Coimbra, a geração da Cidadela e da Oficina de Teatro — com José Miguel Júdice, José Carlos Vieira de Andrade, Rui Moura Ramos, Milai Lucas Pires, os irmãos Seabra (Francisco, Daniel e Miguel), os Miranda Barbosa (Margarida, Diogo, Arnaldo) e tantos outros. É esta a geração que vai travar os combates dos anos 60 e que, aproveitando uma massa crítica de muitas centenas de militantes e simpatizantes, em Coimbra, cidade académica, vai fazer frente à esquerda associativa, não só no plano do combate cultural, mas resistindo no terreno, sobretudo em 69, quando a esquerda pretendeu ocupar a cidade e impor a lei. Nós, em Lisboa, na Faculdade de Direito, também conseguimos resistir, graças a um núcleo de activistas «nacionais-revolucionários», a que eles, «a esquerda», «os outros», chamavam — com alguma razão — «fascistas». É curioso que esse pequeno grupo — seríamos duas dúzias — conseguisse nas crises e nas greves arregimentar as outras direitas — os monárquicos, os salazaristas,

alguns católicos conservadores — e fazer oposição. Mesmo recorrendo a formas superiores de luta — lembro-me de João Saraiva e Sousa partir um banco corrido, que estava atravessado a fazer de barricada, na greve de 1969.

Porquê este longo testemunho geracional? Porque em 1974-75 é esta a direita que vai tentar resistir, com o duplo objectivo de travar a «descolonização exemplar» (que não tinha de ser tão traumática e tão terrível para os povos — sobretudo de Angola e Moçambique — que viveram longuíssimas guerras civis) e de parar aqui, no continente e ilhas, a esquerda, num quadro de luta democrática. Uma direita que agregou pessoas que podiam estar noutros partidos mas que defendiam as ideias de independência nacional, de ligação euro-africana, de defesa dos valores cristãos, patrióticos, familiares; uma direita que não queria ser a «direita da esquerda». E foi esta a direita que, por isso mesmo, viu os seus direitos políticos e humanos suprimidos pelo PCP e pelas suas marionetas no MFA, e pelos maoistas — alguns bem manipulados pelos serviços ocidentais, que os usaram para ajudar a parar o PCP e as possíveis tentações de tomada de poder (que Moscovo, no quadro de Ialta, nunca encorajou). Foi esta a direita que resistiu porque, por uma questão de sobrevivência, vinha já habituada à resistência, quer cultural, quer existencial.

Lembro-me de dizermos isso: agora o país é uma grande RIA (Reunião Inter-Associações), o organismo federativo das associações de Estudantes de Lisboa, a que, nos anos 60, atribuíamos sinistros propósitos.

Quem seguir, nesta narrativa de Riccardo Marchi, as pistas sobre a neutralização da direita portuguesa depois do 25 de Abril, constatará que a estratégia foi eliminar da acção política aquelas centenas de quadros que, na década e meia que precedeu a revolução, tinham mostrado cultura política e capacidade de organização nas faculdades, nos liceus e nalguns órgãos de imprensa, como a *Política*, onde estiveram Ernesto Moura Coutinho e António Maria Pinheiro Torres, ou, a seguir ao 25 de Abril, *A Tribuna Popular*, do Partido do Movimento Federalista Português/Partido do Progresso, ou o *Bandarra* de Miguel Freitas da Costa, onde Manuel

Maria Múrias escreveu «O Discurso de Marco António». Foram estes que, sem medo, se organizaram e mostraram capacidade de mobilização, resistência e luta no novo cenário.

No fundo, era isso: o país transformara-se numa grande Reunião Geral de Alunos, onde (assisti a várias e sei do que falo) só podiam falar os ditos «democratas». E quem dizia quem eram os democratas eram eles, os antifascistas.

Toda esta liquidação e neutralização passou-se perante a maior indiferença, quando não satisfação, dos partidos ditos «de direita», homologados pelo MFA — isto é, da oposição assustada, domesticada, atenta e agradecida aos capitães de Abril que nos tinham libertado a todos da ditadura de Salazar-Caetano. Isto, entre grandes chefes e quadros, pois as bases eram, na sua maioria, de direita.

Esta atitude de total incoerência em relação às suas convicções democráticas e humanistas continuou com a conivência com as prisões do 28 de Setembro. É a mesma direita conivente que ainda por aí anda, fazendo do CHEGA e de Trump os seus inimigos principais, e que só agora começa a ser abandonada pelos eleitores. Até porque só agora lhes deram, bem ou mal, uma alternativa.

Os mitos e as mentiras que a esquerda fabricou então — de uma direita conspiratória de antigos ministros e ex-gerais, cheia de recursos dos capitalistas do «fascismo», manobrando terríveis conspirações —, doutrina teorizada pelos intelectuais orgânicos e pela ignorância dos capitães do MFA, além de ter, na altura, enganado a população, contribuiu depois para uma imagem deturpada, falsa, mitómana, de Portugal e da História de Portugal. Imagem imposta pela força do poder e pela abstenção dos que se lhe deviam opor. Ainda é esta a História que hoje se divulga e ensina, a que ainda agora ouvimos pregada aos adolescentes e às crianças confinadas, lembrando as famosas campanhas de dinamização cultural: que somos um país racista, escravocrata, atrasado pelos jesuítas, pela Igreja, por Salazar.

Ainda hoje assistimos à eterna dança dessas agora moribundas direitas colaboracionistas, mais preocupadas com a diabolização de hipotéticos «fascismos» passados e futuros, que com o presente

totalitarismo cultural da esquerda politicamente correcta ou com as actuais ameaças à liberdade dos novos totalitarismos.

O livro de Marchi tem o mérito de recordar os tempos em que a esquerda — só refreada pela situação geográfica do país, por estar alta em vigor e a NATO atenta — fez o que acusava o regime salazarista de fazer: prendeu fascistas «suspeitos», mentiu nos *media*, criou lendas negras. Houve, então, a resistência nacional de uma Igreja Católica e popular (diferente da que agora aceita, sem um protesto para a acta, que a directora da DGS se substitua aos bispos e prescreva aos católicos minuciosas regras de bom comportamento sanitário durante a celebração da missa e da comunhão); e daqueles que organizaram pacientemente as companhias de Comandos de «convocados» que pararam a investida esquerdista no 25 de Novembro (embora o seu sacrifício e esforço também tivessem sido «recuperados» pelo sistema e pelos seus senhores e donos).

É sobre todo este passado, ignorado, amordaçado, amalgamado ou destorcido, que incide o livro de Riccardo Marchi. Razão mais do que suficiente para que — todos — lhe estejamos gratos.

Lisboa, 8 de Junho de 2020

JAIME NOGUEIRA PINTO

INTRODUÇÃO

No percurso de um historiador, há pequenos momentos graças aos quais a perspectiva sobre o seu objecto de estudo muda, se não radicalmente, pelo menos de um modo significativo em termos de interpretação dos dados e de elaboração das conclusões. Tive experiência disso já nos primórdios da minha carreira académica, durante as investigações de doutoramento sobre o nacionalismo radical português dos anos 60 e 70 do século passado. Tentando perceber a razão pela qual uma parte da juventude estudantil se tinha radicalizado à direita em defesa do império, introduzia sempre, nas minhas entrevistas aos militantes de então, a pergunta sobre o porquê de terem decidido apoiar a Guerra Colonial. Numa dessas entrevistas, uma das testemunhas respondeu-me que, enquanto eu continuasse a utilizar a expressão «Guerra Colonial», em vez de «Guerra do Ultramar», nunca conseguiria penetrar a mundividência e a cultura política daquela geração e perceber, assim, a razão da sua mobilização — julgada tão escandalosa de uma perspectiva contemporânea.

Na investigação que dá origem a este livro, passou-se algo semelhante.¹ É necessário aqui dizer que esta investigação não é assim tão recente. Faz parte de um projecto, iniciado logo após o doutoramento, há mais de dez anos, sobre radicalismo de direita na transição portuguesa, e que teve, entre as várias publicações que dele decorreram, um marco importante no livro sobre as direitas no compasso temporal de 1976-1980.² A ideia inicial passava por elaborar uma obra compreensiva de todo o período da transição, no entanto o biénio entre o 25 de Abril de 1974 e o final de 1975 ficou sempre na gaveta. As várias dezenas de páginas escritas sobre este

período, embora integrassem inúmeros dados e referências, sempre me deixaram desconfortável, pois nunca conseguia compor, com eles, uma narrativa coerente, homogénea, holística e clarificadora. Aquele pequeno compasso temporal tornou-se, assim, um grande buraco na minha produção historiográfica sobre o radicalismo de direita em Portugal na segunda metade do século XX e primeiras duas décadas do século XXI. No Verão de 2018, tive a oportunidade de conversar, no Café Império da Alameda, em Lisboa, com uma das figuras mais destacadas das direitas clandestinas durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC) de 1975. A esta pessoa expressei a minha frustração por não conseguir entender o que realmente se passou naquele período. A sua resposta foi esclarecedora: disse-me que não me preocupasse, pois nem eles próprios — referindo-se à área na qual militou — tinham percebido. A razão era bastante banal: nos dezanove meses que decorreram até ao 25 de Novembro de 1975, os eventos aceleraram de um modo imprevisível. Nas direitas, muitos actores abandonaram o campo e muitos outros entraram em jogo. Redes antigas dissolveram-se e novas conexões entre civis e militares entrelaçaram-se em múltiplos projectos, que surgiram tão rapidamente quanto desapareceram, num contínuo baralhar das cartas. Nesta espiral, os planos da acção política mudaram com grande velocidade, passando da mobilização à luz do dia para a fuga à repressão, do exílio inoperante para a militância clandestina, da política partidária para a luta armada. Nenhum dos protagonistas das direitas — inclusive os mais proeminentes — viveu todas as facetas destes dezanove meses de revolução e os relatos, directos ou indirectos, que ouviram no imediato, ou nos sucessivos quarenta e cinco anos, contribuíram, em muitos casos, para complicar, mais do que para esclarecer, o quadro. Aqui reside a contribuição decisiva desta conversa no Café Império para a presente investigação: pretender compor um *puzzle* no qual todas as peças dos dados recolhidos encaixem, para obter uma imagem completa e nitidamente definida, é um erro. Pelo contrário, é muito mais útil traçar a moldura do *puzzle* e compor, dentro das suas fronteiras, ilhas de peças, sabendo, de antemão, que não será possível juntá-las todas, seja por falta de peças — que, no decurso histórico,

ficaram definitivamente perdidas —, seja pela irregularidade das orlas, que não permite o encaixe desejado. Os eixos interseccionais da moldura, contudo, estão claramente definidos: o combate ao comunismo e a luta contra a descolonização. E aqui temos, finalmente, a identificação do nosso objecto de estudo: este livro aborda todos os sujeitos políticos que, entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, se organizaram e mobilizaram com duas prioridades: travar a avançada do Partido Comunista Português (PCP), com o seu projecto de construção do socialismo real em Portugal no processo revolucionário que se seguiu ao golpe de Estado militar; e travar o processo de descolonização, nomeadamente na vertente da cedência imediata da soberania portuguesa, no Ultramar, aos movimentos guerrilheiros independentistas africanos. O objectivo é descrever os diferentes actores que balizaram a sua acção política nestes dois eixos, traçar a cronologia da sua evolução — aparecimento e desaparecimento — na cena política revolucionária, perceber as respectivas identidades e projectos, mapear as relações que instauraram entre si, analisar o seu enquadramento no conjunto mais amplo das forças em acção na transição portuguesa e, a partir desta contextualização, explicar os êxitos e os fracassos à luz do novo panorama determinado pelo 25 de Novembro de 1975. Como revela o título da obra, optámos por não caracterizar estes sujeitos através dos conceitos de extremismo ou radicalismo de direita. A realidade política da altura, com a recusa generalizada do termo «direita» como rótulo de autodefinição e a sua vulgarização como identificativo de tudo o que era considerado pária perante o 25 de Abril e consequente processo de transição, permite utilizar esta coordenada espacial para indicar todos os que, no pós-25 de Abril e ao longo do PREC, se opuseram tanto ao enviesamento à esquerda da transição, quanto ao processo de descolonização, sendo, por isso, colocados à direita da revolução pelos demais actores políticos.

Esta investigação histórica sobre a área política à direita da revolução em 1974-1975 pretende, ainda, contribuir para o aprofundamento da literatura histórico-política existente sobre o tema, que permanece, em meu entender, demasiado escassa, embora

existam já enfoques assinaláveis em algumas dimensões relevantes. Para uma introdução às direitas na véspera do 25 de Abril e ao perfil político dos seus elementos de ponta na transição, torna-se útil a literatura sobre as direitas portuguesas na sua análise diacrónica ou mais focada no fim do Estado Novo.³ Como é óbvio, toda a literatura sobre a transição democrática portuguesa aborda os sujeitos que integraram a chamada «reacção». Contudo, esta literatura só raramente produziu documentos especificamente dedicados ao tema em estudo — é o caso da cronologia das direitas da autoria do historiador espanhol José Sanchez Cervelló — tendo, com mais frequência, reproduzido as narrativas já consolidadas.⁴ No conjunto desta produção, a dimensão mais sobressaliente é a da violência política. Apesar de os investigadores terem apontado o dedo — e com razão — à escassez de literatura sobre o biénio contra-revolucionário de 1975-1976,⁵ a clandestinidade das direitas mereceu sempre uma maior atenção no contexto da sua acção na transição. Vários são os livros publicados, principalmente por jornalistas, sobre os clandestinos MDLP, ELP e rede bombista no rescaldo dos acontecimentos⁶ ou em época posterior⁷ e, com maior fôlego, até nos últimos anos, juntando-se aqui, novamente, a perspectiva académica.⁸ O enfoque na acção clandestina e armada é explicado não apenas pela óbvia atractividade do tema, fomentada até pelos *dossiers* e relatórios da altura sobre o perigo reaccionário (o *Dossier Terrorismo* editado pelo PCP, os relatórios de alguns integrantes da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa e os relatórios sobre o 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 e da *intelligence* militar do MFA), mas pela disponibilidade de literatura — memorialística e biográfica — de alguns dos protagonistas desta fase, como, por exemplo, António de Spínola, Guilherme de Alpoim Calvão, Waldemar Paradela de Abreu, José Sanches Osório e Jaime Nogueira Pinto, neste último caso também através do género romanesco.⁹

Orientada pela ingente mole de dados presentes nesta literatura, a reconstrução histórica apresentada nesta obra tenta avançar um pouco mais, prestando particular atenção aos actores constantemente referidos mas ainda pouco aprofundados. A importância do que foi

até aqui dito e escrito por colegas académicos e por jornalistas é evidente na organização do livro, que segue a estrutura cronológico-temática clássica dos estudos sobre transição. O livro cobre o arco temporal entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 e é composto por quatro capítulos: o primeiro, dedicado à formação dos partidos e movimentos de direita no rescaldo do golpe militar até ao 28 de Setembro de 1974; o segundo capítulo aborda o envolvimento das direitas na mobilização abortada da maioria silenciosa, em 28 de Setembro de 1974, em torno do Presidente da República António de Spínola e as consequências que este episódio acarretou, em termos de repressão e inviabilização desta área política, no prosseguir da transição; o terceiro capítulo aborda a relação entre as direitas, já em debandada, e a reacção spinolista de 11 de Março de 1975, também aqui, principalmente, nas vertentes da participação e das consequências sofridas; o quarto e último capítulo trata do tema específico da clandestinidade das direitas, em particular ao longo do PREC e através da acção armada. Em todos os quatros capítulos que, como se vê, não inovam em termos de periodização histórica, procurou inverter-se a ordem dos actores: os clássicos sobre a literatura da transição focam os actores mais relevantes, como António de Spínola, e só lateralmente tratam as direitas que, à sua volta, se congregaram. Esta obra, pelo contrário, foca os actores de direita, secundarizando os grandes protagonistas da transição. Esta lógica é particularmente evidente no capítulo sobre a clandestinidade. A literatura acerca do tema sublinha — e bem — as figuras militares cimeiras e os protagonistas dos episódios mais sangrentos. Neste livro, tenta também abordar-se os demais nós das redes que, apesar de não terem protagonizado eventos célebres da historiografia, deram densidade a este meio político-militar. Em definitivo, o intuito foi proporcionar uma maior profundidade de análise aos diferentes actores que se posicionaram, ou foram posicionados, à direita da revolução, caracterizando-os da forma mais pormenorizada possível, para facilitar a comparação entre eles e apurar o entendimento das estratégias seguidas por cada um deles. Através desta profundidade pretendeu-se, também, problematizar algumas das interpretações mais recorrentes sobre o intuito e a capacidade operativa das direitas na transição democrática.

Do ponto de vista metodológico, para alcançar o objectivo da profundidade de análise, procedeu-se a uma investigação qualitativa baseada, sobretudo, nos documentos públicos produzidos pelos sujeitos políticos desta investigação, presentes nos arquivos de Estado, nos documentos não públicos guardados em arquivos particulares e em entrevistas aos protagonistas. A imprensa da época foi utilizada para definir a cronologia dos eventos e para extrair testemunhos dos protagonistas das direitas. Além destes dois aspectos, a imprensa não foi utilizada como fonte prioritária de caracterização dos sujeitos devido ao forte enviesamento típico da época, que resultou na publicação de uma ingente quantidade de cenários, planos, redes da chamada «reacção», com frequência sobrevalorizados, quando não de todo inventados. Os dados da imprensa foram integrados pelos trabalhos de investigação produzidos, na altura, por jornalistas e que, nalguns casos, a triangulação das fontes demonstrou serem aprofundados e certos. No que diz respeito às três fontes principais, vale a pena referir algumas considerações de exegese. Quanto à imprensa e documentos produzidos pelos partidos e organizações de direita, procedeu-se com o mesmo cuidado reservado à imprensa generalista: a necessidade de fugir à repressão e de institucionalização determinou grandemente o discurso público utilizado por estes actores, razão pela qual a sua interpretação foi sempre triangulada com as outras duas fontes: os documentos da altura, não públicos, e as entrevistas actuais. Quanto aos arquivos particulares, a procura e análise destes é uma actividade sempre muito demorada. Em muitos casos, os arquivos foram destruídos nos períodos de maior repressão para evitar a incriminação. Noutros casos, após a morte dos proprietários os arquivos não foram devidamente conservados pelos familiares, que até dificultam o acesso aos mesmos por falta de interesse. Existe, contudo, uma excepção no caso português que vale sempre a pena assinalar: a recolha de espólios particulares realizada pelo Ephemera — Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira tem um valor incalculável para os investigadores das direitas portuguesas, que aí encontram documentos originais, da altura do autoritarismo e da democracia, não disponíveis em qualquer outro lugar.¹⁰ Esta

investigação beneficiou muito dos acervos do Ephemera, assim como de espólios importantes como o de Luís Fernandes, José Hipólito Vaz Raposo e Diogo Pacheco de Amorim, entre outros. Quanto às entrevistas, gravadas, por mim realizadas, proporcionaram dados relevantes para a triangulação das fontes escritas. Das longas conversas foram extraídos principalmente relatos de participação directa nos eventos e, quando não coincidentes com outros, apresentados na sua pluralidade para oferecer uma visão mais abrangente e problemática. Permanece, em muitas testemunhas das direitas, a indisponibilidade para colaborar, devido à ideia de que «ainda não chegou o tempo de falar». Como é óbvio, após quase meio século, o tempo não só já chegou, como está a esgotar-se por uma questão anagráfica. Esta indisponibilidade em fornecer testemunhos, agravada pela escassa memorialística, continua a ser um entrave bastante sério à reconstrução histórica das direitas do período 1974-1975. O efeito colateral é a excessiva atenção dada, na reconstrução histórica, a sujeitos políticos não tão relevantes entre as direitas da época, mas que, sendo mais acessíveis em termos de fontes primárias, tornam-se sobressalientes na investigação: é o caso, por exemplo, do PDC.

No que diz respeito à redacção final do texto, tenho de agradecer à colega e amiga Rita Melro pela revisão da introdução e conclusões e, principalmente, aos amigos José Luís Andrade e Jaime Nogueira Pinto, que estiveram presentes, ao longo dos anos, em todas as etapas do processo de investigação e de escrita com preciosas sugestões.

Porquanto exaustiva, a investigação apresentada é deficitária em muitos aspectos. As falhas coincidem, em muitos casos, com novas pistas que surgiram ao longo da investigação e que não foi possível aprofundar devido à sua complexidade. Entre todas, quero salientar uma cuja abordagem creio fundamental e urgente para quem está interessado no tema das direitas: a sublevação anticomunista do Verão Quente de 1975. A relevância deste tema e a sua escassa análise já foram detectadas pelos historiadores.¹¹ Neste caso, é evidente a necessidade de uma investigação não centrada em Lisboa, como a que eu realizei. É preciso, pelo contrário, analisar

a imprensa local guardada na Biblioteca Nacional ou na Hemeroteca Municipal de Lisboa, bem como empreender deslocações no terreno, aos sítios onde a mobilização anticomunista foi mais virulenta, e proceder a um trabalho etnográfico de identificação das redes locais envolvidas, de recolha de documentos de arquivos particulares e de entrevistas às testemunhas directas que ainda estejam vivas. Só assim será possível confirmar empiricamente as características destas direitas locais, as suas relações com os demais actores da ampla frente anticomunista e o papel central — que já conhecemos — da Igreja Católica, mais do que das organizações clandestinas, no desfecho do PREC. Há ainda muito trabalho a realizar sobre a face direita deste período conturbado da história contemporânea portuguesa. Aqui vai mais um contributo.

Capítulo 1

OS PARTIDOS DE ABRIL

Em Agosto de 1974, a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) publica um dos primeiros estudos sobre os partidos políticos portugueses constituídos após o derrube do regime autoritário pelo golpe militar de 25 de Abril. O estudo, «prematureo e urgente», focaliza quarenta e oito partidos, entre as sete dezenas de grupos até então referenciados pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).¹² Os partidos analisados são ordenados no eixo entre extrema-esquerda e extrema-direita, com base nas posições expressas sobre o regime de propriedade, a participação, a co-gestão e autogestão, o planeamento económico, a reforma agrária, as nacionalizações e o futuro das colónias. Das quarenta e oito formações consideradas pela SEDES, dezanove são posicionadas nas áreas de centro, de direita e de extrema-direita. Em particular, três são colocadas no centro: o Partido Popular Democrático (PPD), o Partido Social Democrata Português (PSDP) e o Partido Popular Monárquico (PPM); cinco no centro-direita: o Partido do Centro Democrático Social (CDS), o Partido Democrático Socialista Português (PDSP), a Fundação para Difusão de Conhecimentos Políticos, Sociais e Económicos (DICOPSE), o Partido Cristão Social Democrata (PCSD) e o Partido Social Democrata Independente (PSDI); seis na direita: o Partido Democrata Livre (PDL), o Movimento Independente dos Cristãos Portugueses (MICP), o Partido da Democracia Cristã (PDC), o Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP) e o Fraternalismo Português (FP); cinco na extrema-direita: a Causa Monárquica (CM), a Programa — Associação de Estudos para o Progresso Nacional, o Movimento Federalista Português (MFP),

o Movimento Popular Português (MPP) e o Partido Nacionalista Português (PNP).

A lista elaborada pela SEDES peca por algumas imprecisões. Por exemplo, a Programa e a DICOPSE não são estruturas autónomas, mas directamente ligadas ao MFP. A Programa é uma plataforma criada entre 1972 e 1973 pelas direitas integracionistas, que se opunham à Primavera Marcelista e à influência da Ala Liberal, nomeadamente da SEDES.¹³ A sua rede, tecida pelos antigos militantes nacionalistas da Universidade de Coimbra, como Francisco Lucas Pires, José Valle de Figueiredo, António Gomes de Pinho e Artur Anselmo, serve de base para a fundação do MFP, em Maio de 1974. A DICOPSE, por sua vez, surge a 30 de Junho de 1974, a partir da colaboração entre o MFP e o PL, com o intuito de aglutinar as forças da direita e sustentar iniciativas editoriais, como o jornal *Bandarra*. Entre os seus fundadores destacam-se Manuel Cordovil, Gastão da Cunha Ferreira, Maria do Castelo Branco Duarte da Silva, Maria Helena Trigo, António Nabais dos Santos, Afonso Botelho e Maria Clara Vaz Pinto.¹⁴ Por outro lado, no estudo da SEDES não aparece o Movimento de Acção Portuguesa (MAP), criado pelas facções mais intransigentes das direitas e cujos militantes terão um papel relevante na contra-revolução clandestina durante o PREC.

Embora possam levantar-se também algumas questões acerca da colocação dos partidos na direita ou na extrema-direita, o estudo da SEDES permite constatar a presença, na nova cena política portuguesa, de quase 40% de movimentos e partidos numa área não de esquerda, com mais de 20% deles posicionados na direita e extrema-direita do espectro político. Este dado mostra como, numa fase ainda embrionária do ponto de vista organizacional e conturbada do ponto de vista político para as direitas, existia um número relevante de actores prontos a ocupar uma área assaz desconfortável do novo panorama político português. Esta constatação deve sempre ser temperada com as testemunhas directas da altura. O antigo militante da organização estudantil monárquica Real União Portuguesa (RUP) dos anos 60, e futuro filiado nas redes clandestinas no PREC, Sebastião de Lancastre, recorda a grande

insatisfação das direitas, na alvorada do 25 de Abril, com o imobilismo amedrontado desta área política, que não permitiu o aparecimento de um grande partido de direita com o objectivo principal da defesa do império.¹⁵ Este testemunho encontra explicação na análise de Jaime Nogueira Pinto sobre a inconsistência da direita já na véspera da transição:

A direita, nesta época, é um mito. Os políticos do anterior regime nunca fizeram política no sentido em que nunca lutaram pelo poder. Eram pessoas respeitáveis, geralmente bons profissionais, que Salazar ou Marcello Caetano chamavam, das empresas, do funcionalismo superior ou da universidade, para ministros ou secretários de Estado. Não sabiam conquistar nem defender o poder. Os quadros empresariais e sociais estavam, como é natural, habituados à cultura da protecção e da prudência. Não conheciam a agressividade. Acomodavam-se ao regime que os deixava existir, trabalhar e ganhar dinheiro. Alguns eram críticos, como se podia ser, num sistema onde eram intocáveis. Sabiam que as suas críticas não abalariam muito o tal sistema, pelo que se poderiam dar ao luxo de as fazer...

Os poucos intelectuais, quadros, militantes, ex-combatentes, que na direita arriscavam alguma acção política marginal — e nos últimos anos reprimida até oficialmente — tinham capacidades e veleidades teóricas, mas faltava-lhes sentido de estratégia, de manobra e recursos, eram demasiado rígidos e «ideológicos» para fazerem bem política.¹⁶

Os actores que se mobilizam na direita no pós-25 de Abril provêm de todas as facções desta família política, e os partidos que fundam não são compartimentos estanques com forte caracterização ideológica. Surgem, pelo contrário, da pertença dos seus animadores a determinados círculos — políticos, profissionais, relacionais —, constituídos nos últimos anos do regime autoritário, alguns dos quais

decidem prosseguir a sua actividade, na alvorada do 25 de Abril, nos moldes ditados pela nova realidade política nacional. A ausência de uma identidade ideológica vincada, ou de uma pertença exclusivista em organizações já existentes, produz uma forte permeabilidade entre os partidos em formação, com filiações múltiplas a vários partidos e participação em diferentes projectos fundacionais, em particular na fase embrionária, ou seja, sensivelmente até ao Verão de 1974. A inexistência de um projecto unitário reflecte-se, também, na frente dos financiadores dos partidos políticos à direita da revolução. Jaime Nogueira Pinto, por exemplo, sublinha o papel de José Augusto da Conceição, antigo administrador do Banco de Fomento, próximo do ex-ministro António Pinto Barbosa e do general Kaúlza de Arriaga, como mediador, nas primeiras semanas a seguir ao 25 de Abril, entre grandes grupos económicos e as formações embrionárias de direita. O intuito destes grupos económicos — entre os quais não se encontra Champalimaud, que sempre privilegiou uma estratégia autónoma — não é apostar num partido para o levar à vitória, mas apenas equilibrar a cena política, muito enviesada para a esquerda, apoiando progressivamente actores mais à direita para salvaguardar os já existentes ao centro.¹⁷ Apesar da fragmentação e contiguidade das forças de direita, é possível identificar a origem da maioria destes partidos em facções específicas já activas no antigo regime. Seguindo a taxonomia proposta pela revista *Futuro Presente*,¹⁸ pode dizer-se que a direita nacional-revolucionária se reorganiza maioritariamente no Movimento Federalista Português (MFP), sendo que alguns dos seus quadros mais intransigentes e filofascistas aderem ao Movimento de Acção Portuguesa (MAP); a direita musculada reúne-se também no Movimento de Acção Portuguesa (MAP) e, a nível local, no Partido Nacionalista Português (PNP); a direita tradicionalista cria o Movimento Popular Português (MPP), desfrutando também da colaboração inicial dos elementos nacionais-revolucionários mais marcados pelo catolicismo; as direitas conservadoras e liberais fundaram o Partido Liberal (PL), o Partido da Democracia Cristã (PDC), o Partido Cristão Social Democrata (PCSD) e o Partido Social Democrata Independente (PSDI), o último com forte presença de elementos da direita maçónica. Este esquema

torna mais fácil entender as dinâmicas de fundação e mobilização dos partidos e organizações de direita na alvorada da transição para a democracia.

O Movimento Federalista Português/ /Partido do Progresso (MFP/PP)

Entre as formações de direita surgidas logo após o 25 de Abril, a mais bem estruturada é o Movimento Federalista Português. O MFP é uma iniciativa das componentes mais activistas da oposição de direita a Marcello Caetano nos últimos anos do regime, em particular dos meios nacionais-revolucionários da Universidade de Coimbra das décadas de 1960 e 1970. A fama e a capacidade de mobilização destes militantes na cena política portuguesa do fim do Estado Novo é evidenciada por dois factores: por um lado, as suas organizações mais importantes em Coimbra — a Cooperativa Editora Cidadela e a Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra (OTUC) — são assaltadas, poucos dias depois do 25 de Abril, pela extrema-esquerda;¹⁹ por outro lado, já no dia 26 de Abril começam as reuniões na casa do antigo líder dos estudantes nacionalistas de Coimbra, e agora presidente da Programa, José Valle de Figueiredo, para activar as redes da associação perante a nova situação política.²⁰ No dia 27 de Abril, uma delegação, composta por José Valle de Figueiredo, Luís Semedo de Sá Cunha e Fernando Pacheco de Amorim, reúne-se na sede da Junta de Salvação Nacional (JSN), na Cova da Moura, com o general António de Spínola, recebendo dele um alerta acerca da situação política melindrosa e das suas dificuldades em pôr ordem no caos.²¹ Passada uma semana, a 3 de Maio de 1974, outra delegação, constituída, desta vez, por Fernando Pacheco de Amorim, Francisco Caldeira Cabral e Nuno Cardoso da Silva, dirige-se de novo à JSN — onde conta com o apoio do coronel Carlos Galvão de Melo — para finalmente oficializar o Movimento Federalista Português (MFP), cuja apresentação